



EDUCAÇÃO SOCIAL EM GURUPI: PERCURSO HISTÓRICO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRÁTICA DOS EDUCADORES SOCIAIS NO ÂMBITO PÓS-CONSTITUCIONAL DE 1988

Wilma Carvalho de Amorim Santos¹, Cláudia da Luz Carvelli², Adriana de Miranda Santiago Terra²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social (PPGES), Universidade de Gurupi (UnirG), Gurupi-TO, Brasil. E-mail: wilmacasantos@unirg.edu.br

² Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Social (PPGES), Universidade de Gurupi (UnirG), Gurupi-TO, Brasil.

Resumo: A pesquisa investiga a historicidade da Educação Social em Gurupi-TO após a Constituição de 1988, analisando sua relação com as políticas públicas e a atuação da rede de proteção social. Trata-se de um estudo qualitativo, com análise documental, entrevistas e grupos focais. Espera-se fortalecer a memória institucional, subsidiar políticas públicas e elaborar um Caderno Histórico para apoiar a formação e a atuação dos educadores sociais.

Palavras-chave: Educação Social; Políticas Públicas; Constituição de 1988; Educadores Sociais; Gurupi-TO.

INTRODUÇÃO

A Educação Social no Brasil consolidou-se como política pública a partir da Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos sociais e fortaleceu o compromisso do Estado com a promoção da cidadania e da inclusão social (Brasil, 1988). Nesse contexto, instrumentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) contribuíram para estruturar uma rede de proteção social fundamentada na atuação intersetorial, na qual o educador social assume papel estratégico na mediação de processos educativos em espaços não formais. Entretanto, conforme destaca Gohn (2010), a efetividade dessas políticas depende da consolidação da identidade profissional dos educadores sociais e da preservação da memória histórica das práticas desenvolvidas nos territórios.

No município de Gurupi, Tocantins, a trajetória da Educação Social após a Constituição de 1988 evidencia avanços na organização da rede de proteção, mas também desafios relacionados à continuidade das políticas públicas, à formação dos profissionais e à sistematização da memória institucional (Gurupi, 2026). A escassez de registros históricos sobre a evolução dessa política no contexto municipal dificulta a compreensão de como as diretrizes nacionais foram incorporadas à realidade local e de que forma influenciam as práticas desenvolvidas nos serviços socioassistenciais.

Diante desse cenário, a pesquisa problematiza como o percurso histórico da Educação Social em Gurupi se

articulou às políticas públicas implementadas após 1988 e em que medida essas políticas influenciaram a atuação dos educadores sociais na rede de proteção. Parte-se da hipótese de que a fragmentação da memória institucional, associada às descontinuidades administrativas e às limitações na formação continuada, compromete a consolidação da identidade profissional e a efetividade das ações socioeducativas, corroborando as discussões de Gohn (2010) e Libâneo (2011).

A relevância deste estudo está na contribuição científica para a reconstrução da memória da Educação Social na região Sul do Tocantins, área ainda carente de investigações sistematizadas. Socialmente, a pesquisa poderá subsidiar gestores, profissionais do CRAS, CREAS, Conselhos e demais integrantes da rede de proteção, oferecendo elementos para o fortalecimento das políticas públicas e para a qualificação das práticas socioeducativas desenvolvidas no município.

Assim, o objetivo da pesquisa é investigar a historicidade da Educação Social em Gurupi-TO, analisando as transformações ocorridas desde a Constituição Federal de 1988, as práticas desenvolvidas pelos educadores sociais e os desafios enfrentados na consolidação dessa política pública. Como produto técnico, propõe-se a elaboração de um Caderno Histórico, destinado a preservar a memória institucional da Educação Social no município e a fortalecer a formação e a atuação dos profissionais da rede de proteção.



MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa será desenvolvida entre agosto e dezembro de 2026, em parceria com a Universidade de Gurupi (UnirG), após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O primeiro recrutamento ocorrerá em 17 de agosto de 2026, sendo adotada uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com utilização de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e análise documental. Participarão gestores, educadores sociais, conselheiros tutelares e técnicos da rede intersetorial, selecionados por amostragem intencional.

A coleta de dados observará os princípios éticos previstos nas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, na Lei nº 12.527/2011 e na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assegurando anonimato, confidencialidade e participação voluntária mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa apresenta riscos mínimos e tem como benefícios o fortalecimento da memória institucional, o subsídio às políticas públicas e a elaboração de um Caderno Histórico da Educação Social em Gurupi.

Os dados serão analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), com definição da amostra pelo critério de saturação teórica, permitindo identificar os avanços, desafios e potencialidades da Educação Social no município.

RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que a pesquisa contribua para o resgate da trajetória histórica da Educação Social em Gurupi-TO, identificando os avanços, desafios e potencialidades das políticas públicas desenvolvidas no município desde a Constituição Federal de 1988. A investigação, realizada junto à Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e demais instituições socioeducativas, permitirá compreender como esses órgãos se articulam na promoção da cidadania, da proteção social e da garantia de direitos, fortalecendo a memória institucional da rede de proteção.

Como desfecho, espera-se elaborar um Caderno Histórico da Educação Social de Gurupi, que sirva como instrumento técnico e pedagógico para gestores, educadores sociais e demais profissionais da rede. O material poderá subsidiar ações de formação continuada, apoiar o planejamento de políticas públicas mais integradas e contribuir para o fortalecimento da atuação intersetorial entre os órgãos participantes, favorecendo a qualificação das práticas socioeducativas no município.

Além da sistematização histórica da Educação Social em Gurupi-TO, espera-se que os resultados evidenciem como a consolidação das políticas públicas municipais acompanhou as transformações promovidas pela Constituição Federal de 1988,

especialmente no que se refere à ampliação dos direitos sociais, à descentralização das ações e ao fortalecimento da participação social. A análise da trajetória institucional poderá demonstrar em que medida os princípios constitucionais foram incorporados pelas políticas locais de assistência social e educação, revelando avanços, limitações e desafios ainda presentes na efetivação da proteção social e da garantia de direitos (Machado; Palotti, 2015; Andrade, 2019; D'Albuquerque; Palotti, 2021).

Espera-se, ainda, que a pesquisa possibilite compreender o papel desempenhado pelos educadores sociais e pelos diferentes órgãos da rede de proteção na construção de práticas socioeducativas voltadas à emancipação dos sujeitos e ao fortalecimento da cidadania. A partir da perspectiva freireana, os resultados poderão evidenciar que a Educação Social ultrapassa ações meramente assistenciais, constituindo-se como prática pedagógica fundamentada no diálogo, na valorização dos saberes populares e na promoção da autonomia dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a atuação dos profissionais poderá ser compreendida como elemento estratégico para o desenvolvimento de processos educativos humanizadores e comprometidos com a transformação social (Freire, 1987; Freire, 1996; Caliman, 2011; Ribeiro; Caliman, 2015).

Outro aspecto esperado refere-se à identificação das características da atuação profissional dos educadores sociais no contexto de Gurupi, considerando as especificidades territoriais, as demandas sociais e os conhecimentos construídos no exercício cotidiano da profissão. A pesquisa poderá evidenciar que a identidade profissional desses sujeitos é continuamente construída a partir da articulação entre formação acadêmica, experiências práticas e compromisso ético com a comunidade, reafirmando que os saberes experienciais possuem relevância equivalente aos conhecimentos técnicos para o desenvolvimento das ações socioeducativas (Nóvoa, 1992; Tardif, 2002; Tardif, 2014; Caliman, 2011; Azevedo et al., 2022).

Por fim, espera-se que os resultados contribuam para fortalecer a compreensão da importância da atuação intersetorial entre educação, assistência social, saúde e demais instituições que integram a rede de proteção social do município. A elaboração do Caderno Histórico da Educação Social de Gurupi poderá representar não apenas um registro da memória institucional, mas também um instrumento técnico de apoio ao planejamento, à formação continuada e ao aprimoramento das práticas colaborativas entre os diferentes serviços públicos. Assim, a pesquisa poderá subsidiar futuras políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Educação Social, da gestão em rede e da efetivação dos direitos sociais, contribuindo para



uma atuação integrada e territorializada dos órgãos envolvidos (Gohn, 2010; Machado; Palotti, 2015; D’Albuquerque; Palotti, 2021; Andrade, 2019).

CONCLUSÃO

Conclui-se que a pesquisa contribuirá para compreender a trajetória da Educação Social em Gurupi-TO, fortalecendo a memória institucional e evidenciando os desafios e potencialidades da atuação da rede de proteção social. Os resultados deverão subsidiar o aperfeiçoamento das políticas públicas e das práticas socioeducativas, além de fornecer um Caderno Histórico como instrumento de apoio à formação dos profissionais e à gestão da Educação Social no município.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcella Coelho. Políticas públicas nas Constituição Federal de 1988: avanços e desafios. CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 29, 2019.
- AZEVEDO, Silvia; CORREIA, Fátima. A profissão de educador social em Portugal: processos de indignação e emancipação. Conselho Editorial Autografia, 2022. DOI: 10.17979/srgphe.2023.27.0.10124.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo (2011) – utilizada na descrição da metodologia de análise dos dados.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – utilizada para fundamentar a institucionalização da Educação Social e o marco dos direitos sociais.
- CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito. In: SILVA et al. Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da educação social. v. 2. 2011.
- D’ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Federalismo e execução dos serviços públicos de atendimento do governo federal: a experiência brasileira nas políticas sociais. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 35, p. e232504, 2021.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal e Cultura Política (2010) – utilizada para embasar a discussão sobre Educação Social, educação não formal, identidade do educador social e políticas públicas.
- GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal e Cultura Política: de formações para a cidadania a ações de políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GURUPI. Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Territorial e Social. Gurupi, TO, 2026.
- LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? (2010) – utilizada ao mencionar formação profissional, identidade e fortalecimento das práticas pedagógicas.
- MACHADO, José Angelo; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Entre cooperação e centralização: federalismo e políticas sociais no Brasil pós-1988. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, p. 61-82, 2015.
- NÓVOA, António (Org.). Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- RIBEIRO, Neide Aparecida; CALIMAN, Geraldo. Reabilitação criminal: o papel da educação social em processos de violência e exclusão. Revista Interações, v. 11, n. 38, 2015.
- TARDIF, Maurice. O trabalho docente no cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.